

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.613 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2002

## Senado aprova MP que abre crédito a ministérios

A medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 208 milhões em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia foi aprovada ontem pelo Senado. Na mesma sessão, foi lida a medida sobre a participação de capital estrangeiro na mídia.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem do lançamento do Sistema Interativo Institucional do Senado. Com recursos de multimídia, o sistema oferece à sociedade meio de conhecer melhor a instituição. Participaram do lançamento, também, o senador Bernardo Cabral, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o diretor do Prodasen, Mário Lúcio Medeiros.

PÁGINA 7

## Indenização federal a Minas gera polêmica

Debate sobre medida provisória que governo estaria preparando para compensar estados por gastos em rodovias federais mobiliza Plenário

Lúdio Coelho argumenta que obras realizadas pelos estados em rodovias federais não constam de qualquer acordo ou convênio e que é impossível fiscalizar os gastos. Edison Lobão discorda de medida para beneficiar apenas Minas Gerais. Ramez Tebet, Maguito Vilela, Romero Jucá e

Antero Paes de Barros também consideram que iniciativa deveria ser estendida a todos os estados. Juvêncio da Fonseca diz que pressão de governadores implica desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e Romeu Tuma pergunta de onde a União retirará recursos para atender demanda.

PÁGINAS 6 E 7

## Antero e Marina condenam a atuação de ONG canadense

Ao depor na CPI das ONGs, o representante brasileiro da organização canadense Focus on Sabbatical, José Antônio dos Santos, confirmou que a entidade oferece US\$ 165 a produtores brasileiros de soja para cada hectare que deixam de plantar. O senador Antero de Barros quer providências do governo sobre o caso. A senadora Marina Silva classificou de “contrária à ética” a atuação da Focus on Sabbatical.

PÁGINA 3



Mário Kallume

Observado pelos senadores Antero de Barros (E) e Mozarildo Cavalcanti, José Antônio (D) depõe na CPI



José Cruz

## “Olho no Olho” sob investigação

Comissão de Educação aprova parecer de Lindberg Cury sugerindo à Comissão de Fiscalização e Controle que tome providências quanto a irregularidades detectadas na campanha.

PÁGINA 5

Os senadores da Comissão de Educação também aprovaram funcionamento de emissoras de rádio

# Parlamentares do Mercosul querem integração da cultura no continente

Música, culinária, artes plásticas, cinema e teatro são apontados como instrumentos poderosos para aumentar a aproximação entre povos dos países-membros do bloco

Como parte das atividades da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), o Parlamento Cultural do bloco (Parcum) discutiu ontem, em Brasília, iniciativas capazes de aumentar a integração dos países do bloco econômico, por meio da cultura e suas diversas expressões. Os integrantes do Parcum vão defender, junto à comissão parlamentar, que se reúna em Brasília até sexta-feira, maior prioridade à cultura.

De acordo com a segunda-vice-presidente do Parcum, deputada Marisa Serrano (PSDB-MS), o colegiado pretende desenvolver estratégias para levar



Roberto Requião preside hoje a sessão plenária da Comissão Parlamentar Conjunta

as idéias da integração regional à população por meio de suas manifestações culturais mais autênticas. Ela citou a música, a culinária, as artes plásticas, o cinema e o teatro como instrumentos poderosos que podem tornar mais fácil a concretização da von-

tade dos povos dos países do Mercosul de fazerem parte de um mesmo bloco.

A presidente do Parcum, deputada uruguaia Glenda Rondan, defende a integração cultural a partir das salas de aula. Para isso, ela propõe que os currículos sejam reformados, de forma a dar maior ênfase à cultura e às línguas dos países que integram o bloco econômico.

— Não é possível que um estudante do Uruguai tenha clareza total da cultura dos Estados Unidos e não conheça a realidade da música, das artes, da dança do Brasil, que é importante para a integração dos povos da nossa região — afirma Glenda Rondan, para quem o ensino do português deveria ser obrigatório no ensino secundário de seu país.

A senadora argentina Elba Azu-

zena Paz testemunhou a importância da cultura, especialmente em tempos de crise, por ser capaz de “apaziguar o espírito do povo”.

Amanhã, a CPCM, sob a presidência do senador Roberto Requião (PMDB-PR), começa a sua vigésima sessão plenária, em que será dada ênfase à formulação de políticas que possam fortalecer o Mercosul, principalmente frente aos debates da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A reunião da CPCM ocorre paralelamente à Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul e Países Associados, que se realiza em Brasília na sexta-feira e também vai ter o turismo na região das fronteiras entre Paraguai, Brasil e Argentina como destaque em sua pauta.

## Comissão aprova indicações para Israel e Noruega

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, ontem, pareceres favoráveis a duas mensagens do presidente da República indicando os diplomatas Sérgio Eduardo Moreira Lima e César de Faria Domingues Moreira para chefiar, respectivamente, as embaixadas brasileiras em Israel e na Noruega. As indicações foram relatadas pelos senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Geraldo Melo (PSDB-RN), e agora serão submetidas à deliberação do Plenário do Senado.

O presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acatou solicitação encaminhada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ) para que a CRE receba,

em data a ser determinada, uma pequena delegação da União para a Independência Total de Angola (Unita), ex-força guerrilheira de Angola que, após o acordo de paz firmado com o governo de seu país este ano, administra um conjunto de províncias.

O senador José Sarney (PMDB-AP) ponderou que a comissão deve ouvir o Itamaraty e o embaixador brasileiro em Angola sobre as possíveis implicações que tal gesto poderia suscitar, uma vez que aquele país africano passou por um difícil período de guerra e um recente acordo de paz. A sugestão foi aceita por Jefferson Péres.

A comissão aprovou também parecer favorável do senador



CRE acolheu também projeto da Câmara que estabelece prazo para ratificação de concessões e alienações de terras na faixa de fronteira

Francelino Pereira (PFL-MG) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece prazo para as ratificações de concessões

e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira. O projeto é de autoria do deputado Wilson Santos (PSDB-MT).



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h — Recebe Valmir Campelo, ministro do TCU  
10h30 — Solenidade em comemoração aos 30 anos do Prodasen. *Pátio do Prodasen*  
12h — Missa de confraternização de Natal e encerramento do ano. *Salão Negro*  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: MP nº 70/02, dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; votação, em segundo turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; continuação da votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as outras PECs), introduz modificações no Judiciário; votação, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; votação, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); entre outros.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 38. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Após a ordem do dia — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

### ESPECIAL

9h30 — XX Reunião Plenária da Comissão Parlamentar do Mercosul. *Auditório do Interlegis*

10h30 — Comemoração dos 30 anos do Prodasen. *Pátio interno do Prodasen*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Comissão vota requerimento sobre irregularidade no BNB

Como a medida provisória que regulamenta a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação social está truncando a pauta do Senado, impedindo assim a votação de projetos terminativos nos colegiados, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em sua reunião de hoje, às 10h, só apreciará matérias não terminativas.

Uma delas é o requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo ao ministro da Fazenda informações sobre denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB).

Suplicy quer a relação de todos os projetos financiados pelo banco no período de 1995 a 2002, cujos valores ultrapassem R\$ 300 mil. Ele também solicita a localização de cada projeto, o credor, o objeto e o prazo de carência, além da quantia aprovada e liberada.

O senador pede ainda o montante da dívida atual de cada um dos credores e o que o banco está fazendo para recuperar os recursos emprestados. O parecer do senador Ademir Andrade (PSB-PA) é pela constituciona-



Suplicy quer a relação dos projetos financiados pelo Banco do Nordeste de 1995 a 2002

lidade, juridicidade, mérito e pertinência do requerimento.

### FURNAS

Outra matéria que poderá ser analisada na CCJ é o parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) favorável ao projeto de decreto legislativo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que susta decreto do presidente da República que autorizou a cisão de Furnas Centrais Elétricas. O decreto também viabiliza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, apresentou voto em separado pela rejeição da proposta.

## Mozarildo cobra do governo mais ação no combate à fome

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) conclamou ontem as autoridades de saúde a dedicarem mais atenção para a melhoria dos indicadores de esperança de vida saudável no Brasil. Referindo-se ao relatório sobre o tema apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ele pediu empenho em relação àquilo que “é contingente e pode ser revertido, porque já basta termos que lidar com uma enorme parcela de imponderável”.

De acordo com Mozarildo, o estudo revela que 40% das mortes no mundo têm causas conhecidas, sendo passíveis de reversão. Em ordem decrescente de impacto, ele enumerou as seguintes: subalimentação, sexo sem proteção, hipertensão arterial, tabagismo, alcoolismo, má qualidade da água, colesterol, emissão de gases poluentes, carência de ferro e obesidade.

O senador disse que, no campo da distribuição e do acesso aos alimentos, o grande problema que o Brasil enfrenta é a fome, o que le-

vou o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a anunciar, em seu primeiro pronunciamento à nação, o lançamento do programa Fome Zero. Há um grande número de brasileiros que não conseguem gerar renda mínima suficiente para garantir alimentação regular, disse.

Na opinião de Mozarildo, uma política integrada de saúde deve levar em conta os dados divulgados pela OMS para fazer “uma abordagem sistêmica dos principais males que afetam a saúde da população”. O fato de haver contestação à metodologia no Brasil e em outras nações não deve levar à desconsideração do estudo, afirmou, “até porque esses países são membros da OMS”.

O relevante, declarou, é que se tenha em mente a existência do problema e que se cobre do Ministério da Saúde “postura pró-ativa agressiva”. Para Mozarildo, deve-se esperar políticas públicas eficientes “de um órgão do governo que recebe ponderável fatia do orçamento público”.

# Bônus para consumidor de energia tem verba garantida

Medida aprovada ontem pelo Senado abre crédito extraordinário que permitirá ao Ministério de Minas e Energia o pagamento do prêmio

O Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário de R\$ 208 milhões em favor dos ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia. A MP vai agora à promulgação. Do total desses recursos, R\$ 123 milhões serão usados para pagamento, pelo Ministério de Minas e Energia, de bônus a consumidores residenciais de energia elétrica. Os outros R\$ 85

milhões, que caberão ao Ministério da Integração Nacional, servirão para ações emergenciais da Defesa Civil – R\$ 4,9 milhões para a Região Sul e o restante para o Nordeste e norte de Minas Gerais.

Também foi lida a medida provisória que regulamenta a participação de até 30% de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de rádio e TV. Só com a votação dessa MP será possível

deliberar sobre os demais itens da pauta do Senado, que incluem quatro propostas de emenda à Constituição e o requerimento, ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que seja enviada cópia do relatório sobre a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e denúncias relativas à grilagem de terras no Distrito Federal. O requerimento é do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

## CCJ analisará isenção do ICMS à cesta básica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai se pronunciar sobre projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que reduz a zero a alíquota do ICMS sobre produtos que compõem a cesta básica. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, ontem, decidiu enviar a proposta à CCJ para que sejam analisados aspectos de constitucionalidade do projeto.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que juntamente com Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) solicitou o envio, disse que entre as competências constitucionais do Senado não se encontra a de isentar produtos do ICMS, o que, segundo ele, ocorre na prática ao se fixar a alíquota zero.

Já se encontra na CCJ, também aguardando parecer, projeto com o mesmo teor de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

### EMPRÉSTIMO

Na mesma reunião, os senadores aprovaram operação de crédito no valor de US\$ 5 milhões entre Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento do projeto Diversidade na Universidade, que permite o acesso ao ensino superior de grupos socialmente desfavorecidos.

Também foi aprovado empréstimo da União junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 5 milhões, para custear projeto de apoio aos sistemas previdenciários municipais.



Representante da Focus on Sabbatical, José Antônio dos Santos (D), confirma que ONG pretende reduzir área plantada de soja no Brasil

## Antero pede providências contra ONG canadense

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitou ontem ao presidente da CPI das ONGs, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o envio de ofício ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, solicitando imediato posicionamento do governo brasileiro em relação às atividades da organização não-governamental canadense Focus on Sabbatical. O pedido foi feito após depoimento do representante brasileiro da ONG, José Antônio dos Santos, na CPI. Antero classificou de “danosas aos interesses do país” as atividades da Focus on Sabbatical.

José Antônio confirmou denúncia de que a ONG não estava oficialmente instalada no Brasil, e que teria como objetivo o pagamento de US\$ 165, por hectare, a produtores de soja que decidissem diminuir sua produção normal.

– A idéia é cortar a produção para aumentar os preços internacionais da soja. Para ser rentável, será preciso a adesão voluntária de 12 mil produtores brasileiros, cortando produção numa área de 6 milhões de hectares – revelou.

Segundo o representante da ONG, a Focus tem sede no Canadá e atua nos mercados dos Estados Unidos, Argentina, Austrália e Bra-

sil. Para entrar no programa, o produtor precisa pagar US\$ 150.

– Já temos uma lista inicial de 250 produtores que manifestaram interesse no programa, em estados como Mato Grosso, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – informou.

### INTERESSES

Para Antero de Barros, a atuação da Focus é “diametralmente oposta aos interesses brasileiros”, que são ampliar a produção, exportar mais e aumentar a produtividade.

– Além disso, a Constituição define como crimes usar meios para limitar a concorrência entre produtores, impedindo o surgimento de outros ofertantes, bem como manobrar para aumentar ou diminuir preços. As atividades dessa ONG me parecem ilegais, cabendo ao Ministério da Justiça averiguar sua atuação e tomar as providências – disse Antero.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a atuação da Focus é contrária à ética.

– O programa está sendo agenciado para prejudicar os produtores brasileiros, que perderão mercado para seus concorrentes, em especial os norte-americanos – afirmou.

# Podem faltar recursos para projeto de combate à fome

Alerta partiu do deputado Márcio Reinaldo, relator para o Orçamento de 2003 do setor de agricultura e desenvolvimento agrário

A proposta orçamentária para 2003 não reservou recursos para aquisição de cestas básicas. Essa omissão, que prejudica os planos de combate à fome do governo Lula, foi levantada pelo relator setorial da agricultura e desenvolvimento agrário, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG).

No seu parecer, ele destaca que o Executivo repetiu o que fez este

ano, não prevendo qualquer dotação orçamentária para a distribuição de cestas básicas às famílias carentes. Em 2000, foram orçados R\$ 101 milhões e, no ano seguinte, somente R\$ 50 milhões por intermédio da aprovação de um crédito adicional.

O relator alertou para redução de verbas em programas importantes, como o da erradicação da

febre aftosa, o de fortalecimento à agricultura familiar (Pronaf) e o de controle de fronteiras para a proteção da agropecuária. Márcio Reinaldo informou sobre a diminuição de recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A proposta prevê corte de 12,81% em relação ao projeto aprovado pelo Congresso para o atual exercício.

## Relator prioriza assistência e extensão rural

O relatório setorial sobre agricultura e desenvolvimento agrário, o segundo a ser entregue ao senador Sérgio Machado (PMDB-CE), relator-geral do projeto de lei do Orçamento da União para 2003, mostrou a grande preocupação dos parlamentares com a assistência técnica e a extensão rural.

Segundo o relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), metade das emendas aprovadas na área temática sob sua responsabilidade, no valor de R\$ 108 milhões, estava direcionada para programa que contempla ações de apoio aos produtores rurais, tanto na parte de assessoramento técnico, como de eletrificação rural e mecanização agrícola.

Desde o governo Collor, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que coordenava as empresas estaduais encarregadas de disseminar tecnologias e prestar orientação aos agricultores, o governo federal não conseguiu voltar a atuar nessa área, com a definição de políticas capazes de organizar a atividade em todo o país.

Por esta razão, o relator disse, em seu parecer, que não poderia ficar insensível aos pleitos encaminhados pelos representantes das entidades de extensão rural



de quase todas as unidades da Federação.

### RECURSOS

Foram apresentadas 502 emendas (480 individuais e 22 coletivas) na área de agricultura e reforma agrária, totalizando R\$ 1,7 bilhão do valor global de R\$ 44,6 bilhões decorrentes das 7.474 emendas apresentadas à despesa orçamentária de 2003. Mesmo diante da escassez de recursos, o relator setorial conseguiu atender todas as emendas apresentadas com a quantia de R\$ 214,2 milhões designados pela relatoria-geral.

Esse valor, segundo o deputado, só foi obtido porque o senador Sérgio Machado autorizou um repasse adicional de R\$ 40 milhões. As emendas individuais levaram R\$ 66,5 milhões, as de ban-

cada outros R\$ 72,14 milhões e as de comissão R\$ 75,54 milhões.

O relator informou que deu prioridade às emendas coletivas em atividades que não estavam contempladas na proposta do Executivo, como assistência financeira a projetos de infra-estrutura municipal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia para segurança alimentar e ambiental, além da extensão rural.

Márcio Reinaldo ressaltou ainda a importância das atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os critérios adotados para decidir a distribuição dos recursos, como o princípio da redução das desigualdades regionais.

## Orçamento começa a examinar os relatórios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá iniciar hoje o exame dos dez relatórios setoriais sobre o projeto de lei do Orçamento da União para 2003. Os dois primeiros relatórios entregues ao relator geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), contêm alertas aos parlamentares sobre os baixos índices de execução nas dotações aprovadas para 2002.

O Executivo conseguiu aplicar somente 15,66% dos investimentos previstos para Justiça e Defesa em 2002, segundo destaca o relator dessa área temática, senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA). Ele aprovou um total de 102 emendas, das quais 72 integralmente e 30 parcialmente. O senador acatou, na íntegra, todas as 61 emendas individuais e propôs um acréscimo de dotações de R\$ 170 milhões.

O parecer apresentado pelo relator da área temática agricultura e desenvolvimento agrário, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), também chama a atenção para o baixo índice de execução orçamentária de 2002. O atual governo conseguiu gastar somente 3% dos investimentos programados para o ano, aprovados pelo Congresso Nacional.

### CUSTEIO AGRÍCOLA

Para 2003, o governo propôs uma aplicação de R\$ 503 milhões em custeio agrícola, que representam uma redução de 7,2% sobre a média programada no período 2000/2003. Os investimentos previstos para o próximo ano, na área de agricultura e desenvolvimento agrário, representam queda de 5% do total.

Em termos globais, o Ministério da Agricultura foi autorizado a gastar, em 2002, R\$ 5,33 bilhões, mas somente conseguiu gastar 41% do valor, diz o relator dessa área temática. Dos 48



Relator-geral, Sérgio Machado, deve dar início, hoje, à análise dos relatórios

programas da pauta do Ministério da Agricultura, apenas oito tiveram execução superior a 67% e metade não chegou a alcançar sequer 40% de nível de execução.

O deputado exemplifica que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário chegou, ao final de setembro último, com apenas 5,9% das dotações executadas. Para o relator, a execução orçamentária em 2002 mostrou-se "desastrosa".

### INVESTIMENTOS

Das despesas autorizadas para "outros custeios" daquela pasta, em 2002 (R\$ 598 milhões), apenas a metade foi gasta (R\$ 301 milhões). Já dos R\$ 341 milhões autorizados para os investimentos, o Ministério gastou apenas 3% do que estava previsto (R\$ 10 milhões).

Márcio Reinaldo procurou também corrigir algumas omissões do governo federal, que não destinou nenhum recurso para o programa Cesta de Alimentos, destinado a famílias carentes. O Executivo também não incluiu na proposta orçamentária de 2003 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, que abriga a eletrificação rural e a mecanização agrícola, embora o programa faça parte do PPA (Plano Plurianual de Investimentos).



Proposta de Carlos Bezerra simplifica legislação e evita que inventor seja prejudicado

## Divulgação prévia não impedirá registro de patente

Já está pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que permite ao inventor solicitar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o registro de

sua invenção mesmo que tenha divulgado anteriormente a novidade. A lei atual exige a comprovação, junto ao Inpi, de que não ocorreu divulgação da invenção.

O projeto, entretanto, restringe a divulgação prévia da inovação a três situações: demonstração da

invenção para terceiros, comunicação da invenção a entidades científicas e exibição da novidade em exposições oficiais ou oficialmente reconhecidas. À exceção dessas três hipóteses, qualquer divulgação impede a solicitação do registro de patente.

O objetivo do projeto, segundo o senador, é tornar mais simples a legislação, evitando interpretações que possam prejudicar o direito dos autores. O relator da matéria na comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), é favorável à proposta.



Jane de Araújo

Ao lado do ministro José Cechin, Ramez Tebet participa do lançamento do selo comemorativo dos 80 anos da Previdência Social

## Tebet diz que Congresso vai modernizar a Previdência

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem, ao participar da solenidade de lançamento do Selo Comemorativo dos 80 anos da Previdência Social, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, que o Congresso vai trabalhar pelo aperfeiçoamento da legislação previdenciária seguindo critérios de justiça e respeito aos direitos adquiridos.

— A legislação precisa ser modernizada e adequada à nova realidade, e o Congresso não vai faltar com seu dever. Vamos modernizar e aperfeiçoar a Previdência, para que ela seja justa, respeite os direitos adquiridos e possa cumprir os objetivos que a sociedade brasileira tanto reclama — afirmou.

O senador acha que um dos objetivos a serem buscados é o de acabar com o desnível entre os benefícios previdenciários dos setores público e privado, estabelecendo tetos e orientando o sistema no sentido de diminuir as de-

sigualdades.

Tebet espera que as soluções para a Previdência possam ser encaminhadas pelo novo governo e discutidas pelo Congresso já no início do ano que vem.

— Tenho os discursos de campanha ainda nos meus ouvidos e torço para que se tornem realidade. Vamos todos buscar o bem-estar da população brasileira.

Compareceram à cerimônia o ministro da Previdência Social, José Cechin, e alguns de seus antecessores na mesma pasta: Jarbas Passarinho, Arnaldo Prieto, Reinhold Stephanes, Waldir Pires e Roberto Brant.

Também ontem, Tebet concedeu audiência a Paulo Salvatore Ponzini, Edson Roffé e Pedro Paulo de Castro Pinheiro, do Conselho Federal de Economia (Cofecon), que solicitaram apoio ao projeto de plano de carreira dos economistas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

## Educação quer investigar “Olho no Olho”

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer do senador Lindberg Cury (PFL-DF) sugerindo à Comissão de Fiscalização e Controle que tome as providências cabíveis quanto às irregularidades detectadas, na Campanha Nacional de Reabilitação Visual “Olho no Olho”, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria destinada a avaliar a eficácia do Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE).

A decisão foi tomada a partir de análise de aviso encaminhado ao Senado pelo TCU, com o relatório da auditoria operacional realizada junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE), responsável direto pelo PNSE. Fazem parte do PNSE ações destinadas a prevenir e curar problemas visuais e auditivos em alunos matriculados na primeira série do ensino fundamental da rede pública, com o objetivo de diminuir a evasão e a repetência.

A campanha é desenvolvida em parceria com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) e tem como objetivo identificar problemas visuais em estudantes da 1ª série do ensino fundamental de escolas públicas municipais e estaduais de municípios com mais de 40 mil habitantes.

O TCU constatou indícios de que a relação com o CBO é contratual,

e não conveniente, o que exigiria a realização de licitação ou o enquadramento da contratação do CBO nos casos de dispensa previstos na legislação. O tribunal considerou que o poder decisório do FNDE está reduzido e verificou que os convênios estão custeando despesas do conselho com apoio logístico, incluídos aí gastos com locomoção, alimentação, hospedagem, contratação de pessoal e locação de bens móveis e imóveis, o que é proibido.

Ainda segundo os auditores, em 2001 a execução financeira apresentou alterações significativas em relação ao plano de trabalho, com redução das despesas referentes

# Gabardo: corrupção eleva índices de pobreza no país

“Não há como contemporizar com a corrupção, sob pena de vermos os esforços pelo desenvolvimento soçobrar num mar de lama”

A persistência de práticas de corrupção nos meios governamentais e empresariais tem ligação direta com os indicadores socioeconômicos do país, afirmou ontem o senador Olivir Gabardo (PSDB-PR), citando pesquisas que apontam elevados índices de corrupção como entrave ao desenvolvimento econômico e ao aporte de recursos estrangeiros no país.

De acordo com levantamento feito pela organização mundial anticorrupção Transparência Internacional, divulgado este ano, o Brasil ficou em 45º lugar, com 4 pontos, num total de 10. Ao todo, 102 países foram estudados e 70% deles obtiveram menos de 5 pontos.

— Os pesquisadores concluíram que se a situação brasileira se agravar mais ainda, a renda *per capita* ficará 75% menor em oito décadas. Se navegarmos em direção



Roosevelt Pinheiro

Para Olivir Gabardo, estudos mostram que desvio de verbas afugenta investimentos

contrária e o combate à corrupção for efetivo, a renda *per capita* brasileira ficará quatro vezes maior no mesmo período — declarou o senador.

Para realçar a importância da questão, Olivir Gabardo citou Daniel Kaufmann, economista do Banco Mundial, para quem “o combate à corrupção é instrumento eficaz para fazer crescer a

economia de uma nação”. O senador disse que o dinheiro perdido, por exemplo, no superfaturamento de obras públicas e na sonegação de impostos fará falta a investimentos em infra-estrutura, saneamento, educação e saúde.

— Não há como contemporizar com a corrupção, sob pena de vermos os esforços pelo desenvolvimento do país soçobrar num mar de lama, com perversos efeitos sobre as camadas mais pobres da nação.

Olivir Gabardo citou a relação entre o desvio de verbas públicas e os investimentos internacionais no país. De acordo com estudos da Transparência Internacional, o Brasil deixa de receber bilhões em investimentos em função da corrupção.

— O país se empobrece exatamente porque a corrupção tem sido fator de impedimento a grandes investimentos de empresas estrangeiras em nosso território.

## Brasil repete classificação do ano passado

A organização anticorrupção *Transparência Internacional (TI)*, fundada em 1993, é responsável pelo Índice de Percepção de Corrupção, estudo que classifica, desde 1995, as nações e suas práticas corruptoras. O índice (que em 2002 inclui 102

países) classifica o grau de corrupção dos países numa escala de 0 a 10, em que 10 corresponde ao menor grau de corrupção percebido e 0 ao maior grau. O Brasil recebeu classificação 4,0 (repetindo a “nota” de 2001; ela foi de 3,9 em 2000 e de 4,1 em 1999), ocu-

pando a 45ª posição. O país fica no mesmo patamar que Bulgária, Jamaica, Peru e Polônia. A Finlândia foi considerada o país menos corrupto, segundo a pesquisa, com 9,7 pontos, e Bangladesh é o país mais corrupto, com 1,2 ponto.



José Cruz

Presidida por Ricardo Santos, a Comissão de Educação sugeriu à CFC que tome providências quanto às irregularidades em campanha

a ações finalísticas da campanha e acréscimo das despesas administrativas. O TCU recomenda a necessidade de se investigar a regularidade desses itens nas campanhas realizadas em 1999, 2000 e 2001. E conclui que houve desper-

dício de aproximadamente R\$ 1,78 milhão na campanha “Olho no Olho” de 2000.

Também ontem, a comissão aprovou 28 projetos de decreto legislativo autorizando a execução de serviços de radiodifusão.

## CRISE NOS ESTADOS

# Senadores estranham ajuda para poucos

A sessão plenária de ontem no Senado foi marcada pelo debate em torno de medida provisória (MP) que estaria sendo preparada pelo governo para compensar os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul por gastos realizados em rodovias federais. O dinheiro seria usado no pagamento do salário de dezembro e do 13º salário dos servidores desses estados. Inconformado com as notícias dando conta da elaboração da MP, Lúdio Coelho protestou, argumentando que as obras realizadas pelos estados nas rodovias federais não constam de qualquer acordo ou convênio, e que não é

possível fiscalizar os gastos.

O discurso de Lúdio provocou outras manifestações. Ele foi aparteado por Maguito Vilela, que também estranhou a reivindicação dos governadores. Já Edison Lobão reclamou compensação para todos os estados. A defesa da isonomia foi feita também pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, enquanto o vice-líder do governo, Romero Jucá, anunciou posição favorável a que a medida provisória beneficie todos os estados. Falaram ainda sobre o assunto Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca e Romeu Tuma.

## Lúdio Coelho teme que pressões levem a retrocesso no controle dos gastos públicos

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) protestou ontem contra a possibilidade de o governo federal vir a liberar recursos para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, para o pagamento da folha de pessoal de dezembro e do 13º salário. Os estados estão alegando que usaram recursos próprios para a realização de obras em estradas federais.



Conforme Lúdio Coelho, não é possível fiscalizar gastos alegados pelos estados

Lúdio Coelho argumentou que as obras executadas pelos estados nas rodovias federais não constam de qualquer acordo ou convênio, e que não é possível fiscalizar os gastos. Acrescentou que os governadores não poderiam ter aplicado recursos em obras que inviabilizassem “o dever sagrado de honrar o pagamento de seus servidores”.

O senador disse que, se o governo de Fernando Henrique Cardoso ceder às pressões dos governadores, o país irá assistir ao

desmanche de tudo que foi obtido pelo Plano Real em relação ao controle de gastos públicos. Na opinião do senador, o Congresso Nacional deve se manifestar contrariamente à liberação desses recursos.

Lúdio Coelho declarou, ainda, que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que se comprometeu a manter a estabilidade financeira e o controle da inflação, “não pode aceitar que o atual governo pague o que não é devido”.

Em aparte, o senador Juvêncio

da Fonseca (PMDB-MS) lembrou que, antes das eleições, o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, afirmava estar com suas contas em dia, depois que as dívidas do estado foram negociadas com o governo federal, mas agora diz ter dificuldades para pagar os servidores. Essa pressão dos estados, segundo o senador, implica em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que responsabiliza cada administrador público pelo seu caixa.

Também em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) perguntou de onde o governo federal irá tirar recursos para atender à demanda dos estados. Ele indagou, ainda, como o Tribunal de Contas da União poderá examinar se foi o estado ou a União que investiu recursos nas obras e se o valor estipulado pelos estados na cobrança à União é real ou não. Para Tuma, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado precisa se manifestar sobre o assunto.

## Lobão não vê justificativa para compensar apenas Minas Gerais

“Não encontro explicação alguma para que se edite uma medida provisória visando atender exclusivamente a um estado”, afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA) ao comentar a possibilidade de o governo editar uma MP para compensar os gastos feitos por Minas Gerais com investimentos na recuperação e construção de estradas federais. Ele acrescentou que apoiará a medida se abranger todos os estados.

Edison Lobão disse que os investimentos feitos pelos governos estaduais em estradas federais não são novidade. Lembrou que, quando foi governador do Maranhão (1991-1994), construiu algumas estradas federais com recursos do estado. O senador entende que, se houver al-



Edison Lobão observa que não é novidade o investimento estadual em rodovias federais

guma compensação por gastos feitos em rodovias federais, deverá ser estendida a todos os estados que tenham alocado recursos próprios para essa finalidade.

## Maguito: “Se a União acudir alguns, não poderá deixar ninguém de fora”

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou absurda a proposta do governo Fernando Henrique Cardoso de ressarcir gastos com obras nas rodovias federais feitos por alguns estados, sem estender o benefício aos demais. Ele afirmou que, quando governador de Goiás, também teve despesas semelhantes e nunca obteve ressarcimento.

O senador manifestou sua opinião em aparte a pronunciamento do senador Lúdio Coelho e lembrou que a decisão do governo terá que ser submetida ao Legislativo. Ele adiantou sua posição: “Não votarei de forma nenhuma uma medida dessa natureza para socorrer estados”.

Segundo Maguito, se o governo federal quiser ajudar os estados a pagar o 13º salário dos servidores, então também deverá socorrer as prefeituras, porque a maior parte delas está enfrentando dificuldades quase insuperáveis. “Se a União acudir alguns, não poderá deixar nin-



Maguito adianta posição contrária à medida provisória na forma cogitada pelo governo

guém de fora”, argumentou.

O governador de Goiás, Marconi Perillo, salientou Maguito, também está alegando agora, depois das eleições, estar com dificuldades para pagar o 13º salário dos servidores. “Dinheiro para gastar com a sua campanha de reeleição ele teve de sobra, porque somente *shows* com os artistas mais famosos promoveu 147”, disse.

## Jucá espera que todos possam ser contemplados

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou sua posição favorável a que a medida provisória que o governo federal poderá editar para reembolsar gastos com investimentos feitos em estradas federais beneficie todos os estados, e não apenas Minas Gerais. Ele informou que o texto da MP ainda não foi concluído e que o governo está analisando com cuidado a medida, para evitar eventuais questionamentos jurídicos.

– Se for definido que haverá esse reembolso, espero que to-

dos os estados que estejam habilitados possam ser contemplados, inclusive Roraima, que faz fronteira com a Venezuela – afirmou Romero Jucá.

Ao pedir a transcrição nos Anais da Casa de matérias sobre o assunto publicadas ontem pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, Jucá garantiu que acompanhará com atenção o desenrolar dos acontecimentos e voltará à tribuna para comunicar qualquer novidade sobre a decisão de edição ou não da medida provisória.



Romero Jucá informou que o governo está analisando com cuidado a medida provisória

## CRISE NOS ESTADOS

## Antero critica intenção de premiar quem não atendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal

A possível edição de uma medida provisória (MP) para que o governo federal libere recursos ao estado de Minas Gerais, destinados ao pagamento de salários, é uma forma de protecionismo que “não faz bem à democracia”, opinou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ontem. Ele se disse surpreso com a notícia de possível atendimento exclusivo a pedido do governo de Minas.

— O que se está tentando fazer é premiar aqueles que não atenderam a Lei de Responsabilidade Fiscal — frisou o senador.

Antero Paes de Barros informou ao Plenário que, diante disso, tomou a iniciativa de telefo-



Antero Paes de Barros quer que Mato Grosso também peça ressarcimento de gastos

nar ao governador de Mato Grosso, Rogério Sales (PSDB), para pedir que ele também solicite re-

embolso por investimentos estaduais feitos em rodovias federais. Segundo o senador, esse ressarcimento já foi pedido várias vezes e sempre negado pelo governo federal.

— Mais de 400 quilômetros de estradas federais foram construídos pelo nosso estado, o que daria um montante muito parecido com o que é pleiteado pelo estado de Minas Gerais — observou.

De acordo com o senador, ou se chega a uma fórmula de atendimento a solicitações de todos os estados, “ou vai ficar muito mal a edição de uma MP para atender exclusivamente um estado da Federação”.

## Ramez Tebet defende igualdade de tratamento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ter consciência de que tanto o atual quanto o governo eleito já sabem do posicionamento da Casa de defender a igualdade de tratamento para todos os estados da Federação. Ele fez o comentário ao discordar de que a medida provisória que poderá ser editada para ressarcir investimentos feitos pelos estados na malha rodoviária federal venha a beneficiar apenas Minas Gerais.

— Em matéria dessa natureza, a Mesa não pode deixar de se pronunciar, considerando que o Senado da República é a Casa da federação brasileira. Peço licença para parabenizar o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), o primeiro a abordar o assunto e a permitir que vários senadores manifestassem seu ponto de vista no sentido de que haja isonomia e igualdade de tratamento para todos os estados da Federação brasileira — afirmou Tebet.



Tebet diz que atual e futuro governos conhecem posição do Senado pela isonomia

## Juvêncio acusa governo de MS de usar artimanha

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) acusou ontem o governo de seu estado de estar utilizando “uma artimanha” para pagar, de uma só vez, os salários de novembro e dezembro e o 13º salário dos funcionários públicos. Segundo o senador, os servidores poderão fazer um empréstimo bancário no valor de seus vencimentos, com juros de 3,5% ao mês, que serão pagos pelo governo do estado, na forma de abono.

O senador leu na tribuna documento assinado por entidades que representam os servidores públicos estaduais, em que os representantes do funcionalismo afirmam que “o esforço de propagar a referida antecipação como algo positivo esconde a verdadeira face das finanças públicas do estado”. O documento diz ainda que “mesmo com os constantes anúncios de que a arrecadação de impostos triplicou, a situação financeira do estado beira o colapso”,



Juvêncio leu documento assinado por entidades que representam os servidores públicos estaduais

ou o governo não estaria contraindo empréstimos de R\$ 108 milhões para pagar três folhas dos servidores, com juros bancários superiores a R\$ 30 milhões (o equivalente a uma folha de pagamento).

Juvêncio também se solidarizou com os signatários do documento quando eles manifestam expectativa de construir, junto com o governo, uma agenda que privilegie a discussão dos grandes problemas do estado, da universalização e qualidade dos serviços públicos e

da valorização dos servidores. Eles reafirmam ainda sua preocupação com as contas do estado e defendem o diálogo entre o governo, as organizações dos servidores e os movimentos sociais como forma de garantir “a transparência e a seriedade na aplicação dos recursos”.

São as seguintes as entidades que assinaram o documento: Associação dos Delegados de Polícia; Associação dos Funcionários do Detran; Associação dos Aposentados e Pensionistas Inativos da Secretaria da Fazenda do Estado de MS; Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Extensão Rural, Pesquisa e Assistência Técnica; Federação dos Trabalhadores em Educação de MS; Sindicato dos Agentes Tributários Estaduais; Sindicato dos Policiais Civis do Estado de MS; Sindicato dos Funcionários Administrativos do MS; Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados de MS.



Mário Lúcio, Agaciel Maia, Bernardo Cabral e Ramez Tebet no lançamento do CD-ROM com informações institucionais

## Senado lança Sistema Interativo Institucional

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem do lançamento do Sistema Interativo Institucional do Senado Federal. Trata-se de um CD-ROM contendo informações institucionais, legislativas, arquitetônicas e cívicas sobre o Senado Federal. O CD é uma iniciativa da Diretoria Geral, desenvolvida pelo Centro de Processamento de Dados e Informática (Prodasen), e oferece à sociedade um meio de melhor conhecer a instituição em um ambiente multimídia, com recursos como vídeo, foto, realidade virtual e conexão com a Internet.

— O objetivo do Sistema Interativo Institucional é dar maior transparência à Casa, ligar o Senado com todo o Brasil. O Senado tem que ser assim, transparente, altamente democrático. Para isso, precisa ser cada vez mais modernizado, permitindo aos senadores cada vez mais condições de trabalho, e ao povo conhecer melhor o que fazemos — disse Tebet.

Como exemplo da transparência já conquistada, Tebet destacou o sistema de comunicação do Se-

nado, com TV, rádio, jornal e agência. Ele afirmou estar satisfeito de poder contar com esses órgãos de comunicação, que contribuem para divulgar as atividades do Senado e ajudam muitos cidadãos a mudar para melhor suas opiniões sobre a política.

— Vamos ver muito o trabalho desse sistema nos próximos dias, na posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, quando talvez essa Casa seja pequena para conter as pessoas que querem participar de um ato importante da vida nacional — ressaltou.

Tebet destacou seu orgulho por pertencer ao Senado, uma instituição criada em 1823 e que “nunca faltou ao país”. Ele considera que o Sistema Interativo será importante contribuição para o registro histórico da atuação da Casa e de cada um dos senadores. Na ocasião, Tebet despediu-se do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presente ao evento, que deixa o Senado ao final desta legislatura, afirmando que Cabral e ele sempre comungaram idéias de uma pátria mais justa e humana.

## Diretor-geral destaca qualidade do trabalho e reconhecimento público

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, agradeceu aos funcionários pela qualidade do trabalho. Para ele, o esforço conjunto em que está inserida a criação do CD-ROM vem permitindo que o Senado brasileiro seja considerado um dos melhores do mundo. O Senado, enumerou, recebeu prêmios por ter a melhor TV pública do Brasil — a TV Senado — e o melhor setor de Recursos Humanos. Além disso, é o primeiro do mundo a ter uma universidade. Agaciel agradeceu a Ramez Tebet e aos

demais senadores pelo apoio a esses trabalhos.

Estiveram presentes à cerimônia o diretor-geral da Câmara, Sérgio Contreiras de Almeida; o diretor do Prodasen, Mário Lúcio Meideiros; a diretora do colégio Unicanto do Recanto das Emas, Patrícia Andrade, representando as instituições de ensino do Distrito Federal; e o embaixador da Coreia, Myon Gbai Kim. O CD-ROM será distribuído às instituições de ensino do DF e às Secretarias de Educação dos estados.

# Valadares quer alimentação como direito constitucional

Senador defende PEC de sua autoria que altera artigo 6º da Constituição e deverá ser votada hoje no Plenário do Senado

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que a fome não é uma preocupação apenas do futuro governo, mas uma preocupação mundial, ao defender proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que inclui a alimentação entre os direitos sociais, que constam do artigo 6º da Constituição.

— Considero essa PEC como uma das mais importantes de todas que elaborei em oito anos de mandato. Não queremos uma distribuição aleatória e gratuita de alimentos, mas que se criem as condições para que os brasileiros possam se alimentar bem — disse.

Valadares lembrou que o direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da



Para Valadares, é necessário criar condições para que brasileiros possam se alimentar bem

ONU, em 1993, com a concordância de 52 países, incluindo o Brasil, e com apenas um voto contrário — o dos Estados Unidos.

## GENOCÍDIO

O senador mencionou o deputado suíço e relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, Jean

Ziegler, o qual afirmou que “há um genocídio silencioso num planeta que, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a alimentação), pode dar de comer ao dobro de sua população”.

Valadares citou ainda pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborada com o objetivo de traçar o mapa da fome no Brasil, segundo a qual há 50 milhões de miseráveis no país e 29,3% da população tem renda inferior a R\$ 80 *per capita*.

— Foi provado cientificamente que a fome crônica reduz a capacidade de aprendizado das crianças, diminuindo o rendimento escolar. No adulto, gera mal-estar e sua capacidade física fica muito reduzida, além disso, as mulheres acabam gerando filhos prematuros — alertou o senador.

A PEC passou pela quarta sessão de discussão e hoje deverá ser votada no Plenário do Senado.

# Lula não poderá combater a fome sem fortalecer a agricultura, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que um dos principais termômetros para medir o grau de confiabilidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva será a apresentação de diretrizes para uma eficaz política rural, conciliando a necessidade de aumentar as exportações com a demanda interna.

— Sem essa harmonia, sem fortalecer agricultura e pecuária, Lula não poderá materializar o singelo ideal de combate à fome. E como todos queremos varrer a fome de um país tão rico e promissor, espero que as distorções que agravam as relações entre o produtor rural e os sem-terra sejam sanadas o mais rápido possível.

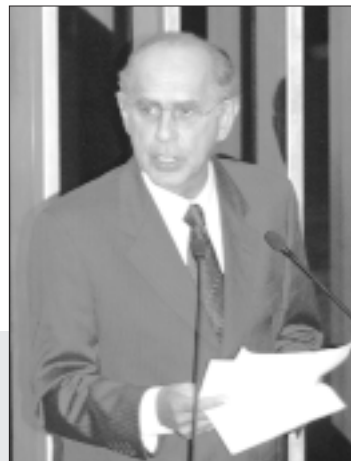
Na opinião de Mauro Miranda, para que isso aconteça não há outro caminho a não ser a reforma agrária. Ele acha que, entre os muitos desafios que aguardam o presidente eleito, a reforma agrária está entre os mais polêmicos, exatamente pela necessidade de

conciliar interesses antagônicos.

De acordo com o parlamentar, proprietários rurais e trabalhadores sem terra detêm um extenso currículo de conflitos, muitas vezes provocados “por latifundiários e pistoleiros armados até o pescoço contra especialistas em organizar tumultos e invasões”. Ele sugeriu que o presidente eleito escolha o que há de melhor nos quadros do PT e partidos aliados para comandar o Ministério da Reforma Agrária.

Também afirmou que o “futuro mandatário do país sabe que não pode errar nessa área estratégica, sob pena de ver o seu governo comprometido e manchado por meia dúzia de arruaceiros que buscam apenas os holofotes da mídia”. Na opinião de Mauro Miranda, Luiz Inácio Lula da Silva e o próximo ministro da Reforma Agrária “serão obrigados a combater com veemência certos atos que denigrem a imagem do MST”.

Ele se referiu ainda a recente



Mauro Miranda: reforma agrária será o desafio mais polêmico do novo presidente

ação de integrantes desse movimento contra fazendeiros da região do Médio Araguaia, em Goiás, quando foram abatidas 13 cabeças de gado. O senador viu no episódio a demonstração de como a aflição de quem precisa de terra pode ser facilmente explorada “da maneira mais vil e arcaica” por aproveitadores.

# Maldaner pede medidas para reorganizar a suinocultura

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo ontem ao Ministério da Agricultura para que sejam tomadas as medidas necessárias à regulamentação da suinocultura no país. Ele afirmou que o setor atravessa um momento difícil, fruto da



Casildo Maldaner sugere ações em curto e médio prazos para apoiar o setor

desorganização, uma vez que recentemente houve grande estímulo para o desenvolvimento dessa atividade, inclusive para a exportação, atraindo muitos criadores de outras áreas, o que levou ao excesso de produção.

O senador propôs que o governo tome medidas emergenciais, a curto prazo, para impedir que ocorram prejuízos ainda maiores para os produtores, apesar do câmbio favorável no momento. Ele disse que, além da superprodução — fruto dos estímulos recentes —, os suinocultores estão enfrentando a falta de milho, que é o principal insumo dessa atividade. Maldaner

sugeriu, como medida prática para amenizar a atual crise da suinocultura, em Santa Catarina e no Brasil, a adoção de benefícios fiscais para a importação do milho e a compra dos excedentes de produção pelo governo.

A médio prazo, o senador sugeriu a instituição de um fundo, que seria criado quando as atividades econômicas do setor estivessem em alta, para socorrer os produtores em momentos de dificuldade.

Maldaner recomendou uma reflexão sobre essa questão e disse que a avicultura deveria merecer cuidados semelhantes. Ele defendeu o estabelecimento de critérios rigorosos para o incentivo à produção, com estudos prévios sobre a demanda e impedimento à criação de cartéis. O senador citou como exemplo os critérios adotados para a concessão de emissoras de rádio e TV.

# Projeto incentiva doação a entidades filantrópicas

Com o objetivo de contribuir para o combate à fome, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que incentiva as empresas a doar alimentos, máquinas, equipamentos e utensílios a entidades filantrópicas que forneçam alimentação gratuita a pessoas carentes. O projeto institui como incentivo fiscal a dedução de até 1% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, em cada exercício.

Pela proposta, o material doado, utilizado no preparo, conservação e acondicionamento de alimentos, deve ser contabilizado como receita por essas entidades. Os bens incorporados como ativo fixo das donatárias são “inalienáveis”. As beneficiárias, segundo explicação contida na justificativa do projeto, são as instituições enquadradas na lei que disciplina o funcionamento de entidades de ajuda social e define suas normas de controle.



Proposta de Alcântara prevê redução de até 1% do IR de empresas doadoras

Alcântara argumenta que o aparato assistencial do governo “jamais será suficiente para resolver integralmente” a situação de penúria e de subnutrição em que vive boa parte da população brasileira. Diante desse quadro, resalta a valiosa participação do setor privado, “mediante a solidariedade incentivada” para com essas organizações filantrópicas, cujas doações compensariam com larga margem a perda de receita fiscal.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti